XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU - URUGUAI

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA E REGULAÇÃO

JONATHAN BARROS VITA

ALESSANDRA VANESSA TEIXEIRA

Copyright © 2024 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo
Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Fernando Passos – UNIARA - São Paulo
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia
Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal
Comunicação:
Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará
Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina
Eventos:
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo
Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina
Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP – Pernambuco

T314
TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA E REGULAÇÃO
[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI
Coordenadores: Jonathan Barros Vita, Alessandra Vanessa Teixeira – Florianópolis: CONPEDI, 2024.
Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-993-3
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: ESTADO DE DERECHO, INVESTIGACIÓN JURÍDICA E INNOVACIÓN
1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – 2. Transformações na ordem social. 3. Regulação. XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI URUGUAI – MONTEVIDÉU (2: 2024 : Florianópolis, Brasil).
CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI URUGUAI – MONTEVIDÉU

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA E REGULAÇÃO

Apresentação

Muito nos alegrou a coordenação do Grupo de Trabalho 'Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação I', que – em grande sinergia entre os presentes – consignou expressivas pesquisas científicas com senso crítico apurado. As pesquisas vislumbraram harmonia com o próprio evento que tinha como mote ‘Estado de Derecho, Investigación Jurídica e Innovación’, no XIII Encontro Internacional do CONPEDI, realizado entre os dias 18, 19 e 20 de setembro de 2024, na cidade de Montevidéu – Uruguai.

Com efeito, as transformações na ordem social e econômica estão profundamente conectadas ao desenvolvimento de novas formas de regulação. Essas mudanças podem ser observadas em diversos níveis, como o avanço da tecnologia, globalização, e a crescente digitalização da economia, que exigem novas regras e adaptações regulatórias. Nesse ânimo, as pesquisas foram construídas por quatorze apresentações.

De plano, tivemos a abordagem sobre ‘A Educação Ambiental como Instrumento de Concretização da Responsabilidade Social Empresarial’, apresentada por Eid Badr, na qual se propôs uma análise da intersecção entre Educação Ambiental e a RSE, na perspectiva jurídica, enfatizando a relevância dessa abordagem para o cumprimento das obrigações legais e o avanço da sustentabilidade empresarial.

Em ‘A Educação Ambiental Crítica como um Instrumento para Legitimar a Participação Comunitária nos Licenciamentos Ambientais’, apresentado por Élica Viveiros e Ernaldo Oliveira de Medeiros, a preocupação foi em investigar se a educação ambiental crítica é um instrumento para legitimar a participação cidadã nas audiências públicas para a proteção do meio ambiente.

A terceira apresentação, realizada por Daniel de Jesus Rocha, dita ‘Interferência Familiar na Construção da Identidade e Pertencimento Cultural: o Papel do Direito na Valorização da Cultura Quilombola’, destacou o papel das instituições escolares de ensino médio na Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), conforme previsto pelas Leis nº 10.639 /2003. Diante disso, buscou compreender o apoio familiar aos jovens quilombolas do ensino médio, argumentando que a construção de identidade e pertencimento cultural é um papel do

direito, que deve observar as leis, diretrizes e documentos orientadores das instituições escolares na valorização da cultura familiar quilombola.

Na continuidade, tivemos o artigo ‘Escolas de Pensamento Econômico e Políticas Econômicas: Breve Relato da História’, apresentado por Thiago Cícero Serra Lyrio, no qual o objetivo central foi apresentar um escorço das principais Escolas de Pensamento Econômico e Políticas Econômicas no decorrer da História a partir de Adam Smith, de maneira a se aprofundar nesse tema de grande relevância e complexidade que está presente e afeta de maneira direta e diária a vida de todo ser humano.

A quinta apresentação, realizada por José Carlos Buzanello, tratou dos ‘Desafios Regulatórios na Implementação do 5G no Brasil: Oportunidades de Reorganização do Espectro de Frequência’, na qual aborda os principais desafios regulatórios enfrentados pela Agência Nacional de Telecomunicações para levar conectividade do 5G a todo território brasileiro, tendo como foco a alocação do espectro de frequência.

Na sequência, o artigo ‘A Lei do Ato Médico e o Crime de Exercício Ilegal da Medicina: a Regulação dos Procedimentos Estéticos’, apresentado por Mayrinkellison Peres Wanderley, trouxe o debate sobre o crime de exercício ilegal da medicina a partir das disposições na Lei do Ato Médico – LAM (Lei 12.842/2013), sob o prisma da regulação.

Outra importante discussão, denominada ‘Financeirização e Regulação Jurídica: Interações e Consequências’, apresentada por Thalles Alexandre Takada, analisou a interseção entre o direito e a economia, destacando a influência do capital financeiro sobre o sistema jurídico, fenômeno denominado de financeirização. O artigo destaca como a financeirização permeia todos os aspectos da vida social, não apenas as instituições financeiras, mas também direitos fundamentais, como o direito à moradia e a seguridade social.

O oitavo artigo, apresentado por David Elias Cardoso Camara, intitulado ‘Revisitando a U.S. Foreign Corrupt Practices Act’, explorou a história da Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), legislação estadunidense que iniciou práticas de conformidade e redução de riscos no âmbito interno. Em seguida, o mesmo autor apresenta ‘A Crise Institucional do Judiciário Brasileiro: Causas, Desafios e a Judicialização da Política na Perspectiva de Ran Hirschl’, fazendo uma análise, a partir de um determinado marco teórico, dos principais aspectos jurídico-políticos que configuram a crise institucional do judiciário brasileiro.

Em ‘Oligopólio Educacional: a Essência das Políticas Públicas de Oferta de Ensino Superior’, Flávio Couto Bernardes apresenta sua pesquisa que busca abordar brevemente a

evolução histórica do processo educacional superior brasileiro, seu fortalecimento desde o surgimento das Instituições de Ensino Superior no Brasil e, as políticas públicas de financiamento direto de oferta ao ensino superior, sobretudo privado, com enfoque no FIES e PROUNI.

O artigo denominado 'O Papel das Agências Reguladoras Brasileiras na Formulação de Políticas Públicas', apresentado por Carlos Eduardo Marques Silva, busca explorar a relevância das agências reguladoras brasileiras no processo de formulação de políticas públicas. O trabalho destaca que as agências reguladoras federais, além de possuírem a missão de gerir, fiscalizar e implementar os mais variados ajustes voltados à prestação do serviço público entregue, seja via permissão, autorização ou concessão ao particular, ainda desempenham o importante papel de atuarem como órgão técnico dentro do Poder Público capaz de formular políticas públicas.

Em seguida, o artigo apresentado por Luciana Antunes Neves Maia, sob o título 'Associações sem Fins Lucrativos: Recuperação Judicial e o Princípio da Função Social da Empresa', versa sobre a possibilidade, a partir do prisma constitucional da função social da propriedade, como princípio da ordem econômica e, partindo de uma nova hermenêutica sobre o alcance do Direito Falimentar, de se estender a proteção da Lei nº 11.101/2005, às associações sem fins lucrativos.

Por fim, os dois últimos artigos, de mesma autoria, foram apresentados por Lidiana Costa de Sousa Trovão, Haroldo Corrêa Cavalcanti Neto e Andrea Sales Santiago Schmidt. O primeiro deles, intitulado 'Democracia Poliarcal, Pluralismo e o Esvaziamento de Espaços de Participação Popular no Brasil nos Anos de 2018-2022', analisa o esvaziamento da participação popular em importantes conselhos e comitês que compõem o governo brasileiro, mediante a diminuição, por decreto, dos percentuais de integração de lideranças populares. Expõe em que medida essa conduta se afasta do conceito de poliarquia e, portanto, de democracia contemporânea defendido por Robert Dahl, bem como, os prejuízos sociais dela decorrentes. O segundo artigo, 'Segurança Jurídica e os Fundamentos Legais de Aplicação da Extraterritorialidade do AI Act no Brasil', analisa a aplicação extraterritorial do Regulamento Europeu sobre Inteligência Artificial (IA) no Brasil, avaliando os fundamentos legais e a segurança jurídica decorrente dessa aplicação. Além disso, aborda os desafios e as implicações da harmonização legislativa entre o direito brasileiro e as normas internacionais, especialmente a EU IA Act.

Desejamos frutífera leitura do material que ora se apresenta, resultado dos estudos nas pós-graduações em Direito por vários lugares do Brasil, nas quais docentes e discentes trazem a lume os mais elaborados estudos da Academia Jurídica.

Prof. Dr. Jonathan Barros Vita (Universidade de Marília – UNIMAR)

Profa. Dra. Alessandra Vanessa Teixeira (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC)

Profa. Dra. Valeria Batista (Universidad de La Republica – Uruguay)

ESCOLAS DE PENSAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS ECONÔMICAS: BREVE RELATO DA HISTÓRIA

SCHOOLS OF ECONOMIC THOUGHT AND ECONOMIC POLICIES: BRIEF ACCOUNT OF HISTORY

Thiago Cícero Serra Lyrio [1]

Resumo

Este artigo busca apresentar um escorço das principais Escolas de Pensamento Econômico e Políticas Econômicas no decorrer da História a partir de Adam Smith. O objetivo é aprofundar nesse tema de grande relevância e complexidade que, inexoravelmente, está presente e afeta de maneira direta e diária a vida de todo ser humano. A Economia influi nos aspectos sociais e políticos do Estado. Não se pode argumentar de direitos, cidadania e justiça sem mencionarmos a economia, tanto na lupa do pequeno campo prático cotidiano na relação entre duas pessoas; quanto nos telescópios em herméticos estudos e teorias que envolvem nações. Teorias antípodas, releituras, aperfeiçoamentos e atualizações já foram estudados, tentados e colocados em prática em locais diversos e em tempos distintos sem que se logre um modelo ideal. Inicia-se acerca de Adam Smith e suas ideias liberais, passando por David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx, John Maynard Keynes até comentar sobre a Escola de Chicago.

Palavras-chave: Adam smith, Liberalismo econômico, Karl marx, Socialismo keynes, Intervenção estatal

Abstract/Resumen/Résumé

This article seeks to present an overview of the main Schools of Economic Thought and Economic Policies throughout History from Adam Smith onwards. The objective is to delve deeper into this topic of great relevance and complexity that, inexorably, is present and directly and daily affects the lives of every human being. The Economy influences the social and political aspects of the State. One cannot argue about rights, citizenship and justice without mentioning the economy, both in the magnifying glass of the small practical everyday field in the relationship between two people; as well as in telescopes in hermetic studies and theories that involve nations. Antipodean theories, reinterpretations, improvements and updates have already been studied, tried and put into practice in different places and at different times without achieving an ideal model. It starts with Adam Smith and his liberal ideas, going through David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx, John Maynard Keynes until commenting on the Chicago School.

---

[1] Doutorando em Direito pelo CEUB (Centro Universitário de Brasília). Oficial Registrador de Imóveis.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Adam smith, Economic liberalism, Karl marx, Socialism, Keynes, State intervention

INTRODUÇÃO

A metodologia utilizada no presente artigo é o histórico dedutivo com base essencialmente nas anotações de aulas e palestras ministradas pelo Professor Paulo Roberto de Almeida. Complementarmente, são utilizados vários livros da Economia Política para enriquecer ainda mais o assunto.

Alguma Escola de Pensamento Econômico satisfaz as expectativas poliédricas da economia mundial e de suas transações comerciais?

ADAM SMITH

Adam Smith era filho de fiscal da alfândega na Escócia. O pai dele inspecionava os navios para taxar a entrada de produtos na Escócia. Os portos eram os lugares, por excelência, de arrecadação de receita para os Estados, porque não tinha muita base taxável no país.

Os nobres e a Igreja não pagavam impostos, quem pagava os impostos eram os burgueses, comerciantes e outras profissões. Imposto sobre o sal, sobre o vinho e sobre a carne, mas geralmente as receitas eram dadas pelo Comércio Exterior. Tinham vários polos no país, se instalava ali o fiscal da alfândega, o navio aportava, dali a mercadoria era inspecionada e eram cobrados 10%, 15% sobre o valor da fatura que precisava ser um valor legal, pois tinha que ser declarado. Então, os impostos de importação e muitas vezes de exportação também eram a principal fonte de receita do Estado.

Adam Smith preocupa-se com três problemas básicos: a) que fatores são responsáveis pela riqueza das nações e como se dá o crescimento econômico? b) Que fatores impedem o desmoronamento da sociedade, composta por pessoas essencialmente egoístas, ou seja, como explicar a coesão social num mundo onde todos buscam os próprios interesses? c) Para onde caminha a sociedade e em que direção ela se move? (Araújo, 1988, p. 29) Adam Smith examinava tudo isso e começou a perceber que o exclusivo colonial era muito ruim. Por exemplo: Portugal não previa o comércio com o Brasil; então o açúcar tinha que ir para Lisboa ou passar pelos agentes autorizados, pelos burgueses, para que fosse enviado para Escócia, para Inglaterra, ao invés de ser negociado diretamente, o que aumentava o preço do frete, seguro, comissão. Então Smith começou a formular suas ideias sobre a Riqueza das Nações: ele dizia que a riqueza das nações se fazia na liberdade de transações e ele então proclamou a liberdade de comércio.

> Smith cria uma ciência econômica que apresenta inúmeros pontos de semelhança com a dos fisiocratas. Tal como estes, busca estabelecer as leis naturais explicativas dos fenômenos econômicos e das suas relações. E como eles, acaba também no liberalismo. Mas soube, melhor que eles, assentar solidamente o estudo dos problemas econômicos em bases mais científicas e vastas(Hugon, 1984, p. 103)

Em 1776, ele publicou o primeiro volume da Riqueza das Nações. Era o ano em que os Estados Unidos haviam declarado sua independência e, por conseguinte, acabado com os impostos ingleses sobre o chá. Adam Smith já tinha recomendado que a Inglaterra não tivesse colônias, tudo fosse livre (entre a Inglaterra e a nova Inglaterra) cada um fizesse a transação que quisesse sobre o preço de mercado.

Em contrapartida, no Brasil nesta mesma época, Portugal ainda preservou o mercantilismo durante muito tempo. O livre comércio intensificou quando a corte veio para o Brasil em 1808.

Nessa época, quando Adam Smith estava formulando as suas primeiras teorias sobre a liberdade de comércio, a divisão do trabalho na França tinha outra Escola Econômica que se chamava Fisiocracia, e a França era um país agrícola por excelência, que demorou para entrar na Revolução Industrial.

Ela desenvolveu uma escola de pensamento chamada Fisiocracia que achava que toda a fonte de riqueza era a terra, não eram mais os metais preciosos e sim a terra. A agricultura que seria a atividade aviadora de riqueza e o resto seria, então, uma distribuição de produtos agrícolas do país.

> Os principais dogmas da escola fisiocrática são: ordem natural (os fisiocratas introduziram a ideia de ordem natural ao pensamento econômico. O próprio termo ‘fisiocrata’ significa ‘regra da natureza’. De acordo com essa ideia, as leis da natureza governam as sociedades humanas da mesma maneira que as descobertas de Newton governam o mundo físico); *laissez-faire*, *laissez-passer* (deixe as pessoas fazerem o que quiserem sem a interferência do governo); ênfase na agricultura (Os fisiocratas pensavam que a indústria, o comércio e as profissões eram uteis, mas estéreis. Somente a agricultura era produtiva, pois ela produzia um excedente, um produto líquido acima do valor dos recursos usados na produção); taxação do proprietário de terra e; inter-relação da economia (Quesnay, em particular, e os fisiocratas, em geral, analisaram o fluxo circular de bens e dinheiro dentro da economia). (Brue, 2005; pp. 35-36)

Diferentemente, Utilitarismo é uma tendência da filosofia inglesa e está vinculado juntamente ao pragmatismo. Você dispõe das coisas que você é o proprietário legítimo, e busca a sua melhor satisfação na livre disposição dos ativos desses bens. É um sistema de direito costumeiro que se desenvolveu na Inglaterra na época medieval e hoje está presente essa liberdade individual, que é muito valorizada principalmente nos Estados Unidos e na própria Inglaterra sobre as determinações estatais ou reais, como a França sempre teve. Então, o utilitarismo tem a ver com essa formação cultural anglo-saxã, cada um dispondo seus bens como melhor aprouver.

O pai da economia moderna escreveu um tratado sobre a economia política e esse debate, que na época estava surgindo com os iluministas, que eram filósofos continentais, refletindo sobre os direitos dos homens, a liberdade e a igualdade.

A liberdade, mais o princípio da igualdade e a revolta contra a propriedade também foi proclamada na Revolução Francesa. A liberdade e a igualdade são antípodas: a total liberdade faz com que alguns tenham muito e outros não tenham nada e a total igualdade abaixa a condição de todos a um estado de pobreza. E também a fraternidade: um pouco de bondade ou assistência com os mais pobres desprovidos, etc. Isso pode ser feito por via individual, pela benevolência, pelas entidades religiosas ou pode ser feito pelas mãos do Estado. Este, então, cobra impostos dos ricos para ajudar os mais pobres. Essa ambivalência está até hoje presente, não mudou nada a questão da liberdade e da igualdade.

Na sua própria dinâmica, a sociedade produz ricos e pobres continuamente e não se criou, ainda, a fórmula mágica para distribuir igualdade e liberdade para todo mundo. Há uma tensão muito grande para esses dois termos.

Adam Smith era a favor da liberdade, ele achava que cada homem responsável, sendo livre, buscaria a sua felicidade através do esforço, exercendo seus talentos, e teria o direito de acumular a riqueza sem que o Estado viesse lhe cobrar mais que o necessário para alguns serviços essenciais do Estado como: defesa, justiça e algumas obras públicas.

Hoje em dia pode-se debater no Brasil se o problema de nosso país é igualdade, desigualdade ou se é pobreza. Tem gente que vai achar que o problema principal é desigualdade, que é necessário reduzir a desigualdade (hoje a maior parte dos políticos acham que tem que impor impostos sobre os ricos para criar mais igualdade). Geralmente essa é uma via mais fácil para a extensão da pobreza; se fosse factível, Cuba seria uma maravilha, o socialismo nunca teria acabado, a Venezuela seria maravilhosa e, políticas supostamente igualitárias feitas no Brasil teriam reduzido a pobreza. Existem outros fatores.

Adam Smith tinha a posição que a liberdade era mais importante que a igualdade. Os cidadãos sendo livres procurariam a sua felicidade, a sua riqueza, etc. É um pouco do debate de hoje: reduzir a desigualdade ou reduzir a pobreza? Reduzindo a pobreza você naturalmente eleva os padrões de vida e, portanto, reduz a desigualdade, mas alguns acham que não: afirmam que só taxar os ricos pesadamente, para transferir renda aos pobres direta ou indiretamente, resolve.

Ao mesmo tempo que há um certo aumento na desigualdade internamente nos países como nos Estados Unidos, na Europa, está tendo uma enorme igualdade no mundo, nunca o número de pobres diminuiu tanto como nos últimos vinte, trinta anos. A linha da pobreza que

era um dólar por dia, um século atrás (dois terços da humanidade estava na linha de subsistência); hoje em dia é residual, em torno de dez por cento da população (que se encontra abaixo da subsistência). Essa fuga da linha da pobreza e que vai para linha de prosperidade é, basicamente, devido à China e Índia. Nos últimos trinta anos, ao se abrirem na globalização (para investimentos de fora), a China tirou seiscentos milhões de pessoas da pobreza, a Índia já tirou seus quatrocentos milhões e sobraram 300 milhões de miseráveis. Os chineses disseram que até 2020 vão eliminar a pobreza, ou seja, não vai ter mais ninguém abaixo da linha de subsistência (de cinco a dez por cento da população no máximo). É um negócio extraordinário para China e para Índia que durante milhares de anos tiveram 80% da população na linha da pobreza e uma minoria privilegiada. Eles conseguiram colocar a população diferente da situação ao abrigo da morte, da desnutrição. Isso é um efeito extraordinário. Contudo, ainda tem muita gente pobre no mundo.

Adam Smith era um crítico feroz do Mercantilismo, queria abolir todas as restrições, monopólios e Companhias de Estado. A Economia Política, tal como ele a concebia, era a ciência dos estadistas para escolher as melhores políticas de crescimento, da prosperidade, das riquezas, pela via do trabalho individual, pela liberdade de mercados, pela divisão do trabalho.

Os países mais ricos são os mais livres. Se analisarmos os países com rendas altas de cinquenta mil dólares/ano veremos que são os que têm menos monopólios. Muitos países ricos têm altos impostos, mas têm benefícios sociais cedidos pelo Estado e são os menos desiguais, então, mesmo os mais pobres nos países livres são mais ricos que certos ricos em países pobres, economicamente menos livres.

MÃO INVISÍVEL

Mão invisível é a liberdade total de mercado, ou seja, dizer que não tem ninguém planejando o que vai ser produzido, nenhum governo determinando como devem ser as coisas. Deixar ao sabor do mercado. As pessoas têm necessidades e alguém vai suprir essas necessidades oferecendo o produto quanto mais valioso, mais raro, mais benéfico, mais importante, maior preço de mercado ele terá, mais as pessoas vão querer, pois irá produzir um lucro para ela e outros ofertantes irão entrar em competição. O preço vai encostar quase no preço de manutenção da atividade. Nos custos, mais o que seria o lucro do empreendedor. Com isso, os menos eficientes vão sair do mercado e os mais eficientes vão se manter, podendo até conseguir o monopólio temporário; até sofrerem competição de outros ofertantes (por outros métodos, outros produtos, outras opções).

O Professor Paulo Roberto de Almeida explanou em sala que a mão invisível está no supermercado quando a pessoa vai no sábado, passa na estante do iogurte e encontra setenta opções de iogurtes diferentes. Se fosse no socialismo ter-se-ia apenas uma opção. Isso é a mão invisível, cada um faz o que quer, cada um compra o que quer. Os maiores sucessos irão prevalecer, vão poder cobrar mais caro, as pessoas vão comprar aquilo que as interessam. Basta ver as fotos de supermercado na Venezuela, atualmente, que as prateleiras estão todas vazias. A mão invisível é como um supermercado que você pega o carrinho e vai comprando o que quer. Sempre vai ter concorrência, segundo os princípios de Adam Smith. Ele pregava o Estado mínimo, ou seja, o indispensável.

Hodiernamente, nenhum Estado funciona só com o mínimo, porque até mesmo as democracias mais liberais foram sendo pressionadas pelas populações para prestarem serviços coletivos. Teve guerra na Europa, guerra nos Estados Unidos, criaram-se os monopólios estatais e hoje, os Estados estão cobrando muito para fazer pouco. O Professor Paulo Roberto de Almeida acredita que o ideal seria estar no Estado mínimo. Só que as pessoas relutam em assumir responsabilidades pela sua própria vida, as pessoas gostam de ter uma "babá" que cuida delas e que garantam saúde, transporte, habitação, emprego, seguro-acidente, aposentadoria ou pensão. Então, o Estado foi crescendo além do que seria razoável, por isso o problema da modernidade, da contemporaneidade é a crise fiscal dos Estados (de todos eles). Há uma média de dívida pública acima de 70% do PIB e há países com taxas mais elevadas. Mas todos eles têm uma dívida pública que se aproxima da produção anual. Se eles mantivessem uma certa produtividade, poderia ir trocando a dívida velha por uma nova; quando se ultrapassa determinados limites, os credores vão começar a exigir prêmios maiores, fluxos maiores, para poder emprestar dinheiro para o Estado porque este pode quebrar. Então, o Estado expropria dos seus cidadãos de dez a vinte por cento, que é o custo dos juros da renovação da dívida. Acima disso há uma complicação; e muitos países já ultrapassaram, como os Estados Unidos (110%), a Itália (130%) e o Japão (270%). O Brasil ainda está em 80%.

A principal fonte de despesas públicas são os juros das dívidas públicas, depois a Previdência, dívida pública que o Estado gasta mais do que arrecada e todo ano emite novos títulos. Caso não resolva este problema, o Brasil tende a quebrar. As pessoas vão adotar outras moedas para evitar perdas inflacionárias, vão fugir do país, pois o Estado não vai prover serviço, vai acabar o dinheiro da aposentadoria e vai cobrar mais impostos.

Em relação ao comércio, Adam Smith tinha uma concepção ainda um pouco primitiva. Ele queria a liberdade do comércio e achava que os países deveriam se especializar nas suas vantagens absolutas. Os fatores produtivos mais adequados para produzir esses produtos; se

especializando naquilo que você é eficiente. A pessoa exporta; e com a renda auferida importava os outros nos quais não era eficiente.

DAVID RICARDO

David Ricardo, sucessor de Adam Smith, aperfeiçoou essa Teoria das Vantagens Absolutas do Comércio. Ele é o pai do Comércio Internacional que nós conhecemos hoje: a teoria das vantagens comparativas relativas. “Para Ricardo, o ponto de partida correto da análise econômica é antes a estrutura do que o indivíduo. E isso no sentido de que a estrutura condiciona não apenas a inserção social dos indivíduos, mas, por meio dessa inserção, seus objetivos e toda a ação econômica a eles relacionada.” (Carneiro, 2002, p. 57)

David Ricardo escreveu o livro “Princípios de Economia Política e Tributação”. Ele aborda toda economia tratada por Adam Smith, a função da tributação da intervenção do Estado na livre disposição dos fatores sobre o comércio internacional.

JOHN MILL

John Stuart Mill ensina que

> além dos requisitos primários e universais de produção - o trabalho e os agentes naturais - há um outro requisito, sem o qual não há possibilidade de operações produtivas que vão além das fases iniciais, pobres e insuficientes, da atividade primitiva: um estoque, previamente acumulado, dos produtos do trabalho anterior. Esse estoque acumulado da produção do trabalho é denominado capital.(1983, p. 69)

THOMAS MALTHUS

Thomas Malthus foi um famoso ministro da Igreja Protestante inglesa que, no meio da Revolução Industrial, onde houve muita miséria de camponeses saindo do campo e indo para a cidade para trabalhar de 15 a 16 horas por dia, com salário de miséria. E, ainda assim, tiveram muitos filhos.

Na teoria malthusiana, a oferta de alimentos tende a progredir em escala aritmética, a produção física da terra tem as suas limitações, e a produção de filhos em escala geométrica. Cada casal teria de cinco a sete filhos, então haveria este descompasso entre o número de humanos e o volume de produção para alimentar. Disto previu miséria, guerras, epidemias, catástrofes em função dessa armadilha malthusiana, o crescimento geométrico da demografia.

Darwin tentando entender o mecanismo da seleção natural, a evolução das espécies, se baseou um pouco na teoria do Malthus para teorizar sobre a seleção natural. Obviamente, houve derivações, devido à seleção natural (que é o desaparecimento de umas espécies e

aparecimento de outras, porque algumas espécies sobrevivem e outras desaparecem, porque algumas espécies estão adaptáveis ao meio, ou a subsistência; porque elas são preservadas, enquanto outras desaparecem nas dobras da história, nas camadas geológicas, inadequações ambientais). Isso deu origem ao Darwinismo Social, que leva a existência da teoria que o mundo é hierarquizado, dirigido pelas raças mais avançadas, que seria a raça branca e o resto seriam raças inferiores. Darwin fala sobre a sobrevivência dos mais capazes em determinado ambiente.

Houve muita teoria racista no século XIX em função de Malthus e de Darwin. Na seara da economia política. Malthus dizia que:

> é obviamente impossível que um governo deixe a rigor as coisas fluírem naturalmente. A recomendação de tal linha de conduta, sem limitações e exceções, não poderia deixar de afetar os princípios gerais, tornando-os inaplicáveis na prática. Pode-se, todavia, afirmar com segurança que a propensão do governo a intervir demais constitui certo indício de ignorância e de temeridade. (Malthus,1982, p. 113)

John Stuart Mill sintetizou o que vinha sendo falado por Adam Smith, David Ricardo, por Malthus e seu pai, James Mill. Ele produziu um livro, elaborou o seu manual (que ficou durante muitos anos como referência básica de estudo da Economia Política).

A partir disso, a Economia Política começou a ter uma ciência própria, começaram a surgir cadeiras de Economia Política nas universidades. As faculdades antigas escolásticas tinham filosofia, teologia, ciência, uma base clássica. Em seguida, houve uma evolução científica no século XVII, da física, química, a matemática começa evoluir e surgem faculdades especializadas nas áreas humanas e nas ciências naturais. A economia ficava um pouco entre essas duas, porque se baseava na observação da vida diária, na produção, nas espécies, na riqueza das relações do comércio, das máquinas e também o discurso político sobre a governança, sobre a tributação, sobre a liberdade ou não de comércio, de diferentes decisões que seriam tomadas pelo governo.

As estatísticas começam no século XVIII, mas evoluem no século XIX, os governos começam a recolher dados sobre o número de animais, sobre o número de lares, sobre censo de produção, sobre colheitas de grãos e põe-se base nessas estatísticas, e os economistas começam a trabalhar sobre a evolução de renda nacional de riqueza e de tributação de comércio.

KARL MARX

Em meio a tudo isso, há a tradição socialista que vem do século XVIII, ainda junto com Rousseau. Após, vieram vários pregadores do socialismo até chegar a Marx e Engels, que em meados do século XIX aderiram à uma teoria francesa, de que a propriedade é um roubo, que ela é a raiz de todos os males. Então, o socialismo deveria ser baseado na propriedade

coletiva dos meios de produção, não mais patrões e trabalhadores e sim igualdade. Até pregava-se o fim do Estado, mas eles achavam que, em uma primeira etapa, o Estado deveria se apropriar de todas as riquezas, estatizar tudo, para depois implantar a igualdade absoluta, depois disso, o Estado desapareceria.

Elaborou-se muito sobre a abolição da propriedade privada, a abolição das classes sociais, burguesia, aristocracia, clero, trabalhadores. Enfim, na economia Marx foi um fracasso. Mas, muita gente acredita que essa questão da mais valia seria o lucro, seria a parte do trabalho do assalariado não pago que seria acima do salário de subsistência e seria apropriado pelo patrão, algo impossível de ser quantificado; exatamente e totalmente subjetivo esse conceito. Para Marx, a concentração de riquezas nas mãos da burguesia deveria ser abolida em favor de uma igualdade absoluta.

"O capital", que foi publicado em 1867, é uma crítica à economia política, Marx começa criticando os economistas anteriores a ele; inclusive Adam Smith, David Ricardo, James Mill. Ele fazia críticas a todos economistas, dizendo que a base da desigualdade e dos problemas estava na exploração do homem pelo homem, na questão da mais valia.

> Marx mostra, de vez em quando, que as consequências a que chegam os conceitos e os raciocínios dos economistas são humanamente escandalosas. Essa estratégia subsiste em 'O capital'. Oficialmente, 'O capital' se pretende obra de pura ciência, mas é obra de pura ciência entrecortada por diatribes morais que enriquecem consideravelmente, se não seu valor científico, pelo menos sua eficácia política. O método de Marx consiste, desde o início, em pegar os economistas, citá-los com a maior exatidão e mostrar as consequências amorais ou imorais a que levam suas análises." (Aron, 2003, p. 156)

Marx fez suas teorizações, mas os economistas contemporâneos logo em seguida ao "O capital" indicaram os fundamentos da mais valia e recusaram qualquer validade. Tanto que na teoria econômica americana não se estuda Marx. No Brasil que as faculdades de economia ainda mandam ler as teorias de Marx (apesar de não fazer muito sentido lê-las, pois são economicamente insustentáveis em um plano lógico e ainda mais no plano empírico). No plano empírico parecia que ele tinha razão, onde falava das grandes diferenciações sociais: ricos cada vez mais ricos e falava da origem da burguesia, que veio uma nova aristocracia nos palácios e uma classe operária depauperada com salário de subsistência, isso nos primeiros cinquenta anos da primeira Revolução Industrial. Mas, os ganhos de produtividade, organizações dos trabalhadores, a própria pressão demográfica, ou seja, a redução da oferta de mão de obra, faz elevar os salários, portanto, há uma redução demográfica na Europa, mas também teve uma emigração da Europa para o Novo Mundo, os pobres saíam da Europa para irem para a América tornarem-se proprietários de terras ou iniciar o seu próprio negócio, com isso os salários começam a subir progressivamente; então, na teoria de Marx, na polarização social a extrema

concentração de riqueza de um punhado de burgueses e na extrema concentração de miséria na massa de trabalhadores nunca se revelou verdadeira.

Após isso, começou a diferenciação socialista marxista de um lado e os clássicos de outro. Na segunda metade do século XIX, adentra-se em uma sofisticação maior da Ciência Econômica, com base na pesquisa empírica pelos dados, estatísticas. Começou-se a fazer cálculos vindos da Matemática, equações, tudo isso passa a ser traduzido numa Economia mais matematizada, quantificada, portanto, mais precisa. É uma grande diferenciação que começa a surgir nessa época, que é importante porque se muda o conceito de alguns entendimentos da economia clássica. A economia clássica achava que toda fonte de riqueza era o trabalho, mas há outros fatores: recursos naturais, estoque de capital, diferentes povos e equipamentos. Então, o trabalho dava sentido a esses dois fatores de produção que transforma os processos, os elementos naturais, os recursos, com o capital, com equipamento, com a tecnologia. Daí surge o bem de um determinado valor.

E como se mede esse valor? Adam Smith achava que era quantidade de trabalho acumulada em um determinado meio daí o nome da teoria do valor do trabalho. Marx, ainda que contra o Adam Smith nos princípios liberais, admitia que o trabalho é a fonte de toda riqueza.

Nessa época os economistas ditos marginalistas e, logo em seguida, chamados de neoclássicos, recusaram a teoria do valor do trabalho. Não é a quantidade de trabalho que mede o valor do produto, o que mede o valor do produto é o seu valor de uso, não o valor do trabalho.

Valor de uso é algo puramente subjetivo, porque não há forma de aferir valor, senão sabendo o quanto as pessoas estão dispostas a pagar por um determinado bem. O valor de mercado, o valor de troca do produto, na aferição puramente subjetiva daquilo que é importante para você empregar boa parte da sua renda, do seu patrimônio, do seu trabalho, para trocar por aquele bem, qualquer que seja esse bem. Um exemplo grosseiro: o valor da água no oásis é bem mais reduzido do que no meio do deserto, porque no meio do deserto você estará disposto a pagar mais caro em uma garrafa de água, no oásis ela estará sendo fornecida de graça. Esse é seu valor de uso, é conceito subjetivo.

Quanto é que vale um smartphone recém-lançado? Não sabemos exatamente! Tem pessoas que buscam e ficam horas na fila para comprar o último smartphone que está sendo lançado. Vale a pena? É uma coisa subjetiva! As coisas têm um valor que o mercado atribui a elas. Essa mudança do conceito da teoria do valor do trabalho para a teoria do valor de uso é uma noção subjetiva, de valor que modifica uma série de concepções sobre a Ciência Econômica, inclusive retirando aquela carga marxista de exploração de trabalho.

ALFRED MARSHALL

Vários nomes são associados à revolução conceitual na economia, o mais famoso destes é o de Alfred Marshall. Ele escreveu um livro que ficou por quarenta anos como um manual básico de economia. Seu teor não era aquela ciência estadista, mas sim voltada para a ciência econômica, seriamente orientada para o cálculo econômico, para o equilíbrio, para os mercados, para ofertas de bens, para onde as curvas de oferta e demanda se cruzam para atingir o equilíbrio da oferta, então essa é uma "matematização" da economia que transforma a ciência; que é a distinção que se faz até hoje na tradição anglo-saxã.

> Economia é um estudo dos homens tal como vivem, agem e pensam nos assuntos ordinários da vida. Mas diz respeito, principalmente, aos motivos que afetam, de um modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte comercial de sua vida. Todo indivíduo que tem algum valor põe nos seus negócios o melhor de sua natureza; e no comércio, como em outras atividades, é ele influenciado por suas afeições pessoais, por suas concepções de dever e respeito pelos ideais elevados.(Marshall, 1982, p. 33)

CAPITALISMO

O que é Capitalismo? Capitalismo é economia de mercado e produção em massa. Antigamente havia produção artesanal em pequenas unidades fabris, produção artesanal doméstica e, depois da Revolução Industrial, aplicaram a energia mecânica e surgiram grandes fábricas. No final do século XIX onde foi inventada a linha de montagem, que na verdade começou nos abatedouros no interior Estados Unidos (Illinois, Wisconsin) o gado tinha que ser abatido e depois quando se inventou a refrigeração entre 1860 e 1870 tinha que conservar a carne e exportá-la. Com a refrigeração nos grandes abatedouros e para rentabilizar o negócio, começaram a colocar os bois em fila pendurados pelos pés com ferro e abater o boi em linha de montagem; iam cortando as partes do animal, acondicionando as partes diferentes e as carnes refrigeradas iam para Europa. A linha de montagem de Henry Ford começou com esse conceito do abatedouro puxar o boi pela perna, abater na hora e depois passando pela linha de montagem até sobrar apenas ossos.

Nessa transição do século XIX para o século XX, e também a diferenciação das escolas econômicas, continua-se com a tradição socialista de um lado e por outro lado continua com a economia clássica que já tinha evoluído para economia neoclássica ou marginalista. Há também tem uma escola austríaca na liberdade dos mercados, o conceito de liberalismo clássico que é a de Carl Menger, Friedrich von Wieser e Friedrich Hayek dentre outros. Menger publicou uma única obra, em teoria econômica: *Grundsatze*. "O *Grundsatze* concentrou-se em elaborar os fundamentos dos conceitos e das noções econômicas, fornecendo uma descrição básica da

ordem econômica. Os temas teóricos principais desse livro foram as suas discussões sobre valor e preço. (Feijó, 2000, p. 58)

Adam Smith ficou um pouco anacrônico quando surgiram os neoclássicos, que não eram mais literaturas econômicas, mas sim *economics,* em seguida veio o keynesianismo que formalizou um pouco a intervenção do Estado na economia, o que tinha sido feito na Primeira Guerra Mundial foi projetado no campo da disciplina Econômica, ou seja, na Primeira Guerra Mundial houve uma enorme intervenção do Estado na economia porque a guerra não era mais artilharia, cavalaria; os exércitos se tornaram empreendimentos industriais também, metralhadoras, canhão, carros, avião.

A Primeira Guerra é uma guerra total, não tem mais distinção entre civil e soldado, há produção de aço, de canhão, de carro, bombardeios. Uma guerra destruidora, ou seja, a guerra de exércitos se transformou em uma guerra de economia, de poder industrial, de detenção de aço, de carvão, canhões, de energia, petróleo. Envolve toda a sociedade, então isso faz com que os Estados intervenham enormemente na economia para nacionalizar as indústrias, indústrias que faziam garfo e faca passam a fabricar baionetas. Agravam-se a dívida pública, emissão de bônus do tesouro, inflação, tudo isso na Primeira Guerra Mundial. A intervenção do Estado na economia, na produção, na emissão de moedas, na dívida pública, estatização de várias coisas importantes para guerra, de certa forma continuam no pós-guerra.

JOHN MAYNARD KEYNES

Os políticos gostaram da situação de emitir moeda sem precisar, sem esperar produção; o que acarretou muita inflação pós-guerra, desequilíbrios, crises e disparidades entre as moedas. Muitos países estavam no padrão-ouro até 1913. Em 1914 foi suspensa a exportação de ouro e começaram a produzir moedas sem lastro ouro, e depois da guerra poucos países voltaram para este padrão. Os que voltaram foram de forma muito pífia com paridades irrealistas com a inflação e é deste ponto que surge o Keynesianismo, uma espécie de elaboração da intervenção do Estado na economia, fixação da taxa de juros de referência, injeção de liquidez na economia, criação de empregos públicos em época de desempregos, uma série de medidas que eram tomadas globalmente para corrigir distorções causadas pela própria intervenção de problemas na economia. Surge a distinção básica entre macroeconomia e microeconomia, pois antigamente não existia nenhuma distinção. Economia era ciência da produção, da distribuição, do consumo, e nessa derivação neoclássica, marginalista, equilíbrio de oferta de procura, de determinação dos preços, tudo era microeconomia. Era o que o capitalista precisava fazer para

oferecer os seus bens no determinado valor, considerava a tributação, a intervenção do governo, taxando determinado produto. Tudo microeconomia. Com o Keynesianismo, no pós-guerra, surge a macroeconomia que são as medidas que atingem o conjunto da população, o conjunto da produção como um todo, fixação de uma taxa de juros de referência, fixação da qualidade da moeda em ouro ou em moeda estrangeira, controle do comércio, controle das atividades bancárias e financeiras.

> O pensamento de Keynes foi de duas maneiras, diretamente influenciado pela depressão mundial. Em primeiro lugar a depressão corroeu sua fé na política monetária - uma ruptura radical com seu passado pessoal. Apesar do baixo custo do dinheiro, que se seguiu à depreciação da libra em 1931, a recuperação foi muito lenta. Keynes concluiu então que 'a intervenção direta do Estado para promover e subsidiar novos investimentos' poderia ser a única 'forma de escapar a uma depressão prolongada e, talvez, interminável.' Em segundo lugar, desviou sua atenção, mais que nunca, da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. (Skidelsky, 1999, p. 88)

Keynes começou a trabalhar no tesouro britânico em 1919.

Quando acabou a guerra em novembro de 1918, os países se reuniram para estabelecer a paz e as reparações que a Alemanha tinha que fazer por ter sido declarada culpada da guerra. Começaram as negociações em Paris. O Presidente Wilson apresentou os 14 pontos para fazer a paz, prevendo a Liga das Nações, um organismo que faria segurança coletiva para impedir novas guerras, as fronteiras serem traçadas em função das nacionalidades, tendo direito a autodeterminação dos povos. Então começaram a recortar a Europa em funções de fronteiras (que não ficaram muito bem definidas e acabaram virando motivos também para o surgimento da Segunda Guerra). Bélgica, Holanda, França estavam destruídas, milhares de vidas perdidas, campos devastados, as finanças arruinadas e como a culpa era da Alemanha, os líderes tanto da França, quanto da Bélgica, da Holanda e da Inglaterra determinaram que a Alemanha realmente iria pagar os custos.

Keynes consolidou as ideias de intervenção do Estado na economia e virou um mentor desse pensamento. Todavia, não quer dizer que tenha solucionado a situação, porque a depressão continuou na Europa, Estados Unidos, durante todos os anos 30 e isso resultou na segunda guerra.

Os Estados Unidos começaram a produzir intensamente e depois a Europa foi tomada pela guerra novamente. Keynes ficou famoso porque ainda durante a guerra ele era o principal negociador do tesouro britânico com os americanos que foram os que sustentaram a Inglaterra durante toda a Segunda Guerra. Ele, durante a guerra, participa de acordos e começa a pedir ajuda para os Estados Unidos.

Em Bretton Woods (1944) a primeira conferência Econômica na guerra, que diz como é que o mundo vai se organizar no pós-guerra para: não provocar o mesmo rombo que provocou na Primeira Guerra Mundial; proclamar, nesta competição entre impérios, gasolina, recursos, os princípios do Comércio, das matérias-primas dos comércios, intercâmbio multilateral. Esta conferência monetária e financeira tinha 44 países e era para operar um retorno ao padrão-ouro para estabelecer uma referência para evitar o problema de haver uma disparidade completa entre as moedas, desvalorizações agressivas, controle de capitais, mas o padrão-ouro era difícil de estabelecer nas bases anteriores a Primeira Guerra, o padrão-ouro puro, porque ninguém mais tinha reserva de ouro, as nações já tinham usado o ouro para comprar equipamentos de guerra.

O ouro estava praticamente todo nos Estados Unidos. Foi estabelecido o padrão ouro-dólar, as moedas seriam definidas em ouro ou em dólar e o dólar teria uma referência fixa ao ouro. O Banco Mundial seria um banco de reconstrução só para ajudar a erguer os países destruídos pela guerra e tornou-se de reconstrução e desenvolvimento, mas isso só funcionou em 1946 depois que a guerra acabou.

Quanto ao comércio, não era possível discutir naquela época. Estavam todos em guerra, não havia mais transporte regular normal, então isso foi deixado para outra ocasião quando acabasse a guerra. Discutir como seria o comércio, em outras bases que não aqueles acordos bilaterais, que se fixavam tarifas mais ou menos preferenciais para os membros de determinado acordo e tarifas maiores para outros só ocorreu em 1947 na chamada Conferência das Nações Unidas sobre comércio e emprego, quando surgiu o GATT.

Bretton Woods é a base econômica do multilateralismo contemporâneo, liberalização dos movimentos de capitais para pagamento de fatores e não capitais financeiros. Ou seja, se um país exporta tem direito a receber pagamento, então os países têm que se comprometer a autorizar a transferência de divisas para compensar o recebimento de bens e serviços.

Após isso, houve um controle cambial que o país tem que declarar o valor de suas moedas em dólar ou em ouro, e se comprometer a manter fixo ou estável e se para alterar, valorizar ou desvalorizar teria que ter autorização. Isso foi muito importante na multilaterização do comércio. E isso foi válido, mas com alguns problemas em relação aos países socialistas, países muito protecionistas, outros em desenvolvimento, outros países pobres.

Keynes tornou-se a figura da economia após a Segunda Guerra Mundial. Ele acertou nas ideias das intervenções pontuais dos Estados no emprego, moeda, atividade bancária, investimentos, contudo, como sempre acontece, muitas situações agravaram-se e então resgataram o liberalismo, já chamado neoliberalismo nos anos 80.

Em 2008 os países usaram modelos tipicamente keynesianos, inclusive no Brasil Henrique Meirelles diminuiu o empréstimo compulsório, usou o Banco Central para liberar dólares (medidas keynesianas, ou seja, anticíclicas), quando se tem enxugamento da oferta de crédito o governo vem e compensa (e isso praticamente quase todos os países fizeram em graus diversos) criando moeda muitas vezes e talvez estimulando inflação que não se propagou no sistema. A China atuou no sentido deflacionista na economia mundial e manteve a inflação baixa apesar do crescimento da oferta de moeda. Hoje em dia não falta dinheiro no mundo, o problema é a falta de projetos rentáveis porque os governos interferem tanto na economia que eles podem determinar sucesso ou fracasso de uma atividade econômica. Alguns países praticamente viraram keynesianos, mesmo sem nenhuma elaboração teórica atuando, apenas com base nas contabilidades nacionais, exportação e importação, maior fluxo de capitais ou fuga de capitais, diminuição no crédito externo, aumento de juros, então os governos tentam compensar essas medidas, políticas monetárias, cambiais, fiscais, tentando manter o equilíbrio, mas que é sempre instável e dura pouco tempo. Tudo tem um custo. Em algum momento o custo aparece.

ESCOLA DE CHICAGO

Enfim, toda teoria econômica nos últimos cinquenta anos no pós-guerra até os anos 80 foi keynesiana. Nas faculdades brasileiras, o keynesianismo é predominante até hoje. Keynes achava que os mercados não se corrigem por si mesmos, eles têm tendência a aprofundar certos desequilíbrios e ciclos depressivos. Hoje em dia o keynesianismo puro já não existe mais. Existe a síntese neoclássica que é uma mistura do keynesianismo com o monetarismo, muito identificado com a Escola de Chicago, que é uma escola também liberal que está mais ligada às ideias de Adam Smith do que pelas de Keynes.

John R. Hicks é o símbolo desta corrente. “Em ‘Keynes e os clássicos’, tomando o tema da relação entre renda e juros como fio condutor, Hicks introduz um modelo (de equilíbrio geral) capaz, segundo ele, de representar simultaneamente as concepções clássica e keynesiana. A teoria keynesiana e a clássica passam a ser vistas como casos polares de uma teoria econômica mais geral. (Carneiro; Paiva, 1997, p. 135)

Já Milton Friedman nasceu em Nova York, filho de pais judeus oriundos da Ucrânia. Em 1932, formou-se na Universidade de Rutgers. Cursou mestrado em Economia na Universidade de Chicago. Em 1946, iniciou sua carreira acadêmica na Universidade de Chicago. Sua mais famosa obra é Capitalismo e liberdade (1962), em que defende a ideia básica

de que não pode haver liberdade individual, nem tampouco na sociedade, se não houver liberdade econômica. Foi um fervoroso defensor da “estabilidade monetária”, da “liberdade econômica”, da propriedade privada e da democracia. (Gennari, 2009, pp. 326-327)

A obra de Friedman também é reconhecida nos meios acadêmicos como uma expressão da corrente monetarista, segundo a qual as variações da atividade econômica não se explicam pelo volume de investimento, mas, principalmente, pelas variações na oferta de moeda. A intervenção estatal é vista como uma interferência desnecessária na vida econômica, na medida em que uma boa administração advinda da política monetária encaminharia de forma satisfatória os problemas econômicos, principalmente quanto às pressões inflacionárias. No que se refere à política internacional, Friedman defendeu a política cambial que fizesse o maior uso possível de taxas flexíveis determinadas pelas forças do mercado. (Gennari, 2009, pp. 326-327)

CONCLUSÕES

A complexidade e a vicissitude inerentes ao tema abordado proíbem, de maneira terminante, uma visão simplista de apontamento de um modelo perfeito que esteja agraciado de êxitos e imaculado de vícios. Não há essa fórmula. A experiência através dos anos fez ser consabido que o barco das ideias de Marx naufragou (aliás, nunca deveria ter saído do porto). O marxismo é a fração estranha do pensamento econômico. Seja descartado o marxismo que trouxe mazelas incontáveis aos homens desde o Século XX até a presente data. O socialismo arruinou a ex-União Soviética, Cuba e, agora por último, nossa vizinha Venezuela. Nas profícuas palavras de Churchill: "O socialismo é a filosofia do fracasso, a pregação da inveja, a crença na ignorância. Seu defeito marcante é a distribuição igualitária da miséria entre todos, exceto seus líderes."

Quanto à Keynes, há que se dizer que sua linha de raciocínio prestigiadora da intervenção estatal na economia claudica em diversos pontos que provocaram grande estagnação no cenário internacional do fim do século passado.

Malgrado receber duras críticas, o entendimento de liberalismo econômico irrompido por Adam Smith e aperfeiçoado pelos séculos até chegarmos à Escola de Chicago, é a que se sobreleva e a que gera os melhores frutos dentre os pensamentos econômicos, sendo a que melhor satisfaz a demanda econômica global e suas transações comerciais. O liberalismo econômico, sem margem para equívoco, reverencia a meritocracia que, por seu turno, faz o ser humano produzir mais e melhor, promovendo o desenvolvimento e a riqueza da nação.

Nas palavras de Deirdre McCloskey, na defesa do verdadeiro liberalismo moderno: "igualdade (social), liberdade (econômica) e justiça (legal), com um governo pequeno e moderado ajudando de verdade os pobres." (Mccloskey, s/n)

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. *História do pensamento econômico*: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.

ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2003.

BRUE, Stanley L. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CARNEIRO, Ricardo (org.). PAIVA, Antonio Carlos Macedo e Silva. *Os Clássicos da Economia*. Volume 2. São Paulo: Ática, 1997.

CARNEIRO, Ricardo (org.). PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Os Clássicos da Economia*. Volume 1. São Paulo: Ática, 2002.

FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca*: Menger, Mises e Hayek. São Paulo: Nobel, 2000.

GENNARI, Adilson Marques. *História do pensamento econômico* / Adilson Marques Gennari e Roberson de Oliveira. São Paulo : Saraiva, 2009.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas econômicas*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

MALTHUS, Thomas Robert. *Thomas Robert Malthus*: economia organizador Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Ática, 1982.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MCCLOSKEY, Deirdre. *Brasil tem a chance de colocar ideias liberais em prática de forma democrática*. Disponível em: www.fronteiras.com/entrevistas. Acesso em 21 jan. 2024.

SKIDELSKY, Robert. Keynes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.